

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 83/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025 – REGISTRO DE PREÇOS

1. PREÂMBULO

1.1. O **Município de Petrolândia/SC**, pessoa jurídica de direito público, pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.673/0001-80, com sede na Rua Prefeito Frederico Probst, nº 67, Centro, CEP 88.430-000, nesta cidade de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Rodrigo de Souza, torna público e faz saber que, com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021 e, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas por este Edital, fará realizar Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma de **DISPUTA ABERTO**, visando a prestação de serviços de **limpeza interna e lavagem externa de veículos**, para manutenção de veículos de uso da Prefeitura Municipal de Petrolândia.

1.2. Esta licitação será do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

1.3. O Edital, em sua íntegra, poderá ser examinado no endereço eletrônico www.petrolandia.sc.gov.br e através do Portal eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

1.4. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

APLICA-SE A ESTE EDITAL:

DECRETO MUNICIPAL Nº. 054, de 04 de julho de 2023.

DISPÕE SOBRE A RETENÇÃO DE TRIBUTOS NO PAGAMENTO A FORNECEDORES POR ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

2. CADASTRO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

2.1. DO CADASTRO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO: até as 08:59h do dia 07 de agosto de 2025.

2.2. DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09h do dia 07 de agosto de 2025.

2.3. INÍCIO DA SESSÃO/DISPUTA DE LANCES: após a análise das propostas.

2.4. O interessado em participar da presente licitação deverá observar as datas e os horários limites previstos para envio e abertura das propostas, atentando, também, para a data e horário do início da disputa, na plataforma Portal de Compras Públicas.

2.5. As propostas e documentos de habilitação deverão ser cadastrados no sistema eletrônico, por meio de chave de acesso e senha própria da licitante, podendo ser enviados, substituídos e excluídos até a data e hora previstas para o encerramento do cadastro.

2.6. Todas as referências de tempo neste Edital e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame gerada pelo sistema.

2.7. A análise das propostas poderá ser dividida por grupo de itens, para otimização dos trabalhos do Pregoeiro e a disputa de lances poderá se estender para outros dias, se necessário.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE VEÍCULOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, FUNDOS MUNICIPAIS E CONSELHO TUTELAR.

- A empresa deverá realizar a prestação dos serviços diretamente no endereço citado na respectiva Autorização de Fornecimento;
- Os serviços deverão ser executados no horário de expediente do órgão; porém, o serviço poderá ser requisitado em horário adverso em caso de extrema necessidade (emergência);
- Será considerado o prazo de máximo e/ou vencimento da Autorização de Fornecimento, o período de 03 (três) horas, contados a partir do recebimento da AF;
- A forma de fornecimento será parcelada e de acordo com a necessidade da Unidade requisitante, devendo o fornecedor estar ciente que não haverá quantitativos e valores mínimos pré-determinados;
- Caso se veja impossibilitado de cumprir o prazo estipulado para a prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar ao Departamento de Licitações, em até 02 (duas) horas antes do vencimento inicialmente fixado, pedido de prorrogação de prazo, acompanhado de justificativa devidamente fundamentada com os impeditivos de seu cumprimento;
- O pedido de prorrogação, com indicação do novo prazo de entrega deverá ser encaminhado ao Departamento de Licitações do Município de Petrolândia/SC, ficando a critério deste, bem como apoiado pelo departamento jurídico ou ainda por funcionário designado à fiscalização, para acolher ou não o requerimento da CONTRATADA;
- Vencido o prazo inicial ou da eventual prorrogação, sem que os serviços tenham sido prestados, caracterizar-se-á a recusa do cumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, ficará a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas no Edital e anexos do respectivo certame;

- Caso a empresa contratada esteja instalada a mais de 15km (quinze quilômetros) da Prefeitura Municipal de Petrolândia, deverá observar que os custos para o transporte do veículo até a sua sede são por sua inteira responsabilidade.
- Será descontado do valor da nota fiscal o deslocamento por km (ida e volta).
- O valor cobrado por quilômetro corresponderá a 2,5% da UFM – Unidade Fiscal Municipal.
- O valor atual da UFM é de R\$ 42,26 (quarenta e dois reais e vinte e seis centavos).
- A UFM está instituída no código tributário nos artigos 287 e 288, e atualizada anualmente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), conforme Decreto Municipal nº 004, de 29 de janeiro de 2019.

4. DAS BOAS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

4.1. O licitante, ao participar do presente certame, declara ter ciência do dever de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme os requisitos das Normas Anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à Lei Federal nº 12.846/2013, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados, colaboradores e terceiros que a representem a obrigação de cumprir as diretrizes estabelecidas na legislação indicada.

4.2. O município não tolerará qualquer ato que infrinja ou possa infringir as Normas Anticorrupção, cabendo aos licitantes, em caráter irrevogável e irretratável:

4.2.1. Tomar conhecimento das Normas Anticorrupção, especialmente as dispostas na Lei Federal nº 12.846/2013 e no Decreto Federal nº 11.129/2022 e divulgá-las a seus acionistas/sócios, administradores, diretores, empregados, contratados, representantes e terceiros.

4.2.2. Abster-se de praticar atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, conforme definidos no artigo 5º, da Lei Federal nº 12.846/2013.

5. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

5.2. Os pedidos de esclarecimento e impugnações deverão ser enviados **exclusivamente** por intermédio da plataforma onde ocorrerá o certame.

5.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial do município bem como na plataforma onde ocorrerá a licitação, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.4. Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimento/impugnações apresentados fora do prazo estabelecido no item 5.1, ou que não observem a forma prescrita no item 5.2.

- 5.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e decisões das impugnações aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a administração e os licitantes.
- 5.6. A impugnação não possui efeito suspensivo, cabendo ao Pregoeiro concedê-lo excepcionalmente em decisão motivada.
- 5.7. A não impugnação do edital, na forma e tempo definidos, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.
- 5.8. As dúvidas dirimidas por telefone ou e-mail serão somente aquelas de ordem estritamente informais e não poderão ser consideradas como condições editalícias.

6. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

- 6.1. Poderão participar deste certame os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.
- 6.2. É permitida a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas observando o disposto no art. 15, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.3. Não poderão participar deste Pregão:
- 6.3.1. Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o MUNICIPIO DE PETROLÂNDIA/SC, durante o prazo da sanção aplicada;
- 6.3.2. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 6.3.3. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- 6.3.4. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 6.3.5. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- 6.3.6. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

7. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 7.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente cadastramento da proposta de preços e documentação de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos no item 2 deste Edital.
- 7.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto a plataforma Portal de Compras Públicas.

- 7.3. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado.
- 7.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao município responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 7.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 7.6. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.7. A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital, e obrigará o proponente vencedor a entregar os materiais nas condições, locais e prazos definidos.

8. DA PROPOSTA

- 8.1. O cadastramento da proposta exigida no Edital, para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, lances e aceitação das regras de cumprimento de suas obrigações.
- 8.2. O objeto descrito na proposta, deverá estar totalmente e estritamente dentro das especificações contidas para os itens do Edital.
- 8.3. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
- 8.4. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 8.5. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
- 8.6. Até a data limite para o cadastramento da proposta, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 8.7. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no item 2 deste Edital.
- 8.8. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do Contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
- 8.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

8.10. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, encargos sociais, fretes, seguros em geral, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta licitação.

8.11. Para composição do preço unitário e total do item, os participantes deverão considerar até 02 (dois) dígitos após a vírgula.

8.12. A apresentação de proposta importa no compromisso, pelo licitante, com o cumprimento dos respectivos métodos de controle de qualidade e da sistemática de certificação de conformidade de cada item.

9. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

9.1.1. Toda a documentação de habilitação deverá ser cadastrada na forma prevista neste Edital, em formato digital, exclusivamente por meio do sistema.

9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual ou;

9.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor da Empresa, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores atuais ou;

9.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de constituição da diretoria em exercício.

9.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.3.1. Certidão atualizada emitida pelo distribuidor da sede da empresa, com informação sobre eventual falência ou recuperação judicial/extrajudicial, permitindo a análise caso a caso.

9.4. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.4.1. Prova da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

- 9.4.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a ser realizada mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal conjuntamente com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- 9.4.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- 9.4.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante expedida pelo órgão competente;
- 9.4.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 9.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, instituída pela Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011.
- 9.4.8. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Anexo V)
- 9.4.9. A licitante deverá apresentar cópia do Alvará de Funcionamento emitido pelo Município sede da licitante.

9.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 9.5.1. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa proponente, comprovando a aptidão para prestação dos serviços.

9.6. DEMAIS DECLARAÇÕES

- 9.6.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (Anexo VIII);
- 9.6.2. Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. sob pena de desclassificação. (Anexo VI);
- 9.6.3. Declaração que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista. (Anexo III);

9.6.4. Declaração que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação; (Anexo X);

9.6.5. Declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Anexo VII);

9.6.6. Em relação às microempresas e às empresas de pequeno porte, declaração de que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (Anexo IV);

9.6.7. Declaração de que, na execução do objeto contratual, serão observados os requisitos técnicos de segurança e sigilo necessários. (Anexo IX).

9.7. OBSERVAÇÕES

9.7.1. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.7.2. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.7.3. Para os documentos de habilitação que não apresentarem prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

9.7.4. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

9.7.5. A licitante que entender estar desobrigada de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando o respectivo comprovante.

9.7.6. Em cada fase do julgamento, é direito do Pregoeiro realizar diligências visando esclarecer o processo.

9.7.7. Serão consideradas inabilitadas as licitantes que deixarem de apresentar a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios.

9.7.8. Todos os documentos deverão ser apresentados em plena validade.

9.7.9. Será verificado eventual enquadramento nas vedações elencadas neste edital mediante consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e no Cadastro Nacional de

Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS). As consultas realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

9.7.10. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômica-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no item 2 deste Edital, no Portal de Compras Públicas.

10.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

10.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

11.2. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

11.3. Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor, de forma decrescente.

12. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

12.1. A partir do horário previsto no Edital e no Portal de Compras Públicas, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, e abertura da etapa de lances feita pelo pregoeiro.

12.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes das empresas participantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor, mantendo-se em sigilo a identificação de todos os demais ofertantes.

12.3. Fica a critério do Pregoeiro autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, desde que o pedido ocorra por solicitação do representante exclusivamente através do Portal eletrônico onde ocorre a sessão.

12.4. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, assim que possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

12.5. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão, será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos representantes das empresas participantes, através de mensagem eletrônica pelo chat do Portal, divulgando data e hora de reabertura da sessão.

13. MODO DE DISPUTA ABERTO

13.1. Neste pregão o modo de disputa adotado é o “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

13.4. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, 2% (dois por cento), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

13.6. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

14. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

14.1. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos na lei.

14.2. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

14.2.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o respectivo item objeto deste Pregão;

14.2.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as

licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

14.2.3. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

14.3. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

15. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

15.1. Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/06, o Pregoeiro aplicará os critérios para o desempate em favor da ME/EPP, desde que tenha o fornecedor declarado esta opção no Cadastramento junto ao Portal Eletrônico. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública. Se aceita a referida diminuição para o valor estimado, será Declarada Vencedora no Pregão, do contrário, poderá ser negociado valor com as empresas subsequentes.

15.2. Persistindo empate serão utilizados os critérios previstos no art. 60, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

16.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá solicitar ao arrematante, pelo sistema eletrônico, que o mesmo apresente seu melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

16.2. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência.

16.3. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

17. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

17.1. A empresa vencedora, deverá enviar ao Pregoeiro, via sistema, a Proposta de Preços readequada ao último lance ofertado, após a negociação, no prazo de 02 (duas) horas, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários.

17.2. O prazo previsto para apresentação da proposta final poderá ser dilatado, devidamente justificado e a critério do Pregoeiro.

17.3. Considerar-se-á inexecutável a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

18. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

18.1. Os documentos de habilitação, de que tratam o item 9, cadastrados na plataforma eletrônica, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

18.2. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 9.5.6 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 05 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do Pregoeiro, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

18.3. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

18.4. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

19. RECURSOS

19.1. Após a sessão de lances, a licitante será considerada vencedora, sendo informado no chat do sistema, e aqueles que desejarem recorrer contra decisões do Pregoeiro poderão fazê-lo, manifestando sua intenção diretamente no sistema. O Pregoeiro irá definir o prazo final de recebimento das intenções de recurso. Passado o prazo estabelecido, as intenções de recursos serão julgadas e será aberto prazo para apresentação de razões e contrarrazões do recurso, sendo que estes prazos serão todos informados no chat.

19.2. Não serão conhecidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. A falta de manifestação importará a preclusão do direito de recurso.

19.3. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

19.4. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

19.5. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

19.6. O pedido de reconsideração, poderá ser feito no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

19.7. O recurso interposto e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

19.10. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

20. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

20.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

20.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

20.1.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

20.1.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

20.1.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

20.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

20.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

20.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

21. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

21.1. Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via e-mail a assinar a Ata de Registro de Preços, que obedecerá a minuta anexa a este Edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor, sob pena de decair do direito à contratação.

21.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

21.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assumirem a situação de vencedores.

21.4. Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

21.5. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas,

convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.;

21.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

22. DAS OBRIGAÇÕES

22.1. Caberá ao MUNICÍPIO:

22.1.1. Emitir a Ata de Registro de Preços gerada deste Processo.

22.1.2. Acessar o sistema de gestão e emitir os pedidos;

22.1.3. Fiscalizar a prestação dos serviços objeto desta contratação;

22.1.4. Receber as notas fiscais e realizar o pagamento das mesmas, nos prazos estipulados neste Edital.

22.2. Caberá à empresa vencedora:

22.2.1. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

22.2.2. Garantir o cumprimento das condições de entrega do objeto previstas neste edital, bem como as condições previstas no Termo de Referência (Anexo I) e normas aplicáveis;

22.2.3. A empresa vencedora, tem a obrigação de prestar os serviços em um prazo máximo de 03 (três) horas após a solicitação;

22.2.4. Proceder à prestação do serviço no prazo estabelecido neste Edital;

22.2.5. Garantir a qualidade dos serviços prestados, por meio do atendimento aos requisitos técnicos da regulamentação específica;

22.2.6. Manter as informações de cadastro atualizadas com o Município de Petrolândia (e-mails e telefones).

23. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

23.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade dos serviços, na forma da Lei nº 14.133/21.

23.2. A gestão dos serviços contratados será realizada pelo respectivo Secretário Municipal do setor solicitante.

23.3. A fiscalização do objeto será de responsabilidade do Município, que deverá nomear um fiscal.

23.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os materiais contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e

trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

23.5. O conjunto de atividades de gestão compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pelo fiscal devidamente designado.

23.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

23.7. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1. A despesa decorrente desta licitação correrá a conta da seguinte dotação orçamentária:

1.500.0000.0080.00 – 5/2025 – Recursos Ordinários – Fundo da Agricultura

1.500.000.0080.00 – 5/2025 – Recursos Ordinários – Fundo da Assistência Social

1.500.1001.0627.00 – 44/2025 – Receitas de Impostos e Transferências Educação

1.500.1002.0618.00 – 5/2025 – Recursos Ordinários - Saúde

1.500.0000.0132.00 – 3/2025 – Recursos Ordinários – Gabinete do Prefeito

1.500.0000.0132.00 – 14/2025 – Recursos Ordinários – Secretaria de Administração

1.500.0000.0132.00 – 26/2025 – Recursos Ordinários – Conselho Tutelar

1.500.0000.0132.00 – 61/2025 – Recursos Ordinários – Secretaria de Esportes

1.500.0000.0132.00 – 97/2025 – Recursos Ordinários – Secretaria de Obras

25. PRAZO E ENTREGA DO OBJETO

25.1. O prazo para a execução dos serviços será de no máximo 03 (três) horas, a contar da solicitação formalizada pelo município.

25.2. O prazo de entrega só poderá ser prorrogado se ocorrer qualquer dos seguintes casos:

a) Força maior ou caso fortuito, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações;

b) Os pedidos de prorrogação de prazos deverão ser solicitados pela empresa fornecedora, por escrito, dentro do prazo contratual, devidamente justificado.

c) A vigência da Ata de Registro de preços será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

d) Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, ficará disponível para compra, o saldo remanescente das quantidades inicialmente registradas, conforme previsão do edital.

26. DO PAGAMENTO

26.1. O pagamento será efetuado pelo Município, em até 30 (trinta) dias do recebimento definitivo do objeto, aprovação dos serviços solicitados e emissão da Nota Fiscal, cujo pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados, diretamente ao fornecedor.

26.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

27. DA MATRIZ DE RISCO E RESPONSABILIDADES

27.1. A Matriz de Riscos será apresentada junto ao ETP, e deverá fazer parte integrante do Contrato e definirá os riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do Contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo quando de sua ocorrência;
- b) Estabelecimento preciso das frações do objeto em que haverá liberdade da empresa fornecedora para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de resultado, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no Termo de Referência/Projeto Básico da licitação;
- c) Estabelecimento preciso das frações do objeto em que não haverá liberdade da empresa fornecedora para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de meio, devendo haver obrigação de identidade entre a execução e a solução pré-definida no Termo de Referência/Projeto Básico da licitação.

27.2 A empresa fornecedora é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não exaustivas elencadas na Matriz de Riscos – Anexo XII deste Edital.

27.3 A empresa fornecedora não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem ao CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Riscos – Anexo XII deste Edital.

28. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

28.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações previstas no Art. 155 da Lei 14.133/2021.

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

28.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 29.1 deste Termo de Referência as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

28.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 29.2. do presente Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

28.4 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

28.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

28.6 A aplicação das sanções previstas no item 29.2. deste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

28.7 Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “b”, “c” e “d” do item 17.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

28.8 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

28.9 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

28.10 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

28.11 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

28.12. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 17.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

29. DA PROTEÇÃO DE DADOS

29.1. Ao participar deste processo licitatório, o representante legal da licitante, titular de dados pessoais, declara:

29.1.1. estar ciente de que para a execução do objeto do contrato, a Contratante terá acesso aos seus dados, tais como: número de documentos, endereço eletrônico, cópias de documentos de identificação, bem como, que os referidos dados serão tratados pela Administração, conforme autorização legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – Art. 7º, inciso II.;

29.1.2. estar ciente do inteiro teor da LGPD, obrigando-se a observar e respeitar o dever de proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, no que diz respeito ao adequado tratamento de tais dados, devendo ainda, se comprometer a cumprir todas as condições e obrigações dispostas na LGPD e demais leis aplicáveis.

- 29.1.3. que respeita o direito à privacidade dos titulares dos Dados Pessoais no âmbito da execução dos serviços;
- 29.1.4. que realiza o melhor uso da tecnologia da informação para a satisfação de seus contratantes e da sociedade;
- 29.1.5. que visa a sustentabilidade e autonomia na prestação dos serviços para assegurar a estabilidade e a continuidade de seus serviços;
- 29.1.6. comunicará ao MUNICIPIO eventual alteração de sua razão social ou de controle acionário e de mudança em sua Diretoria, Contrato ou Estatuto Social, enviando, no prazo de sessenta (60) dias, contados a partir da data de registro da alteração, a devida documentação.
- 29.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios da LGPD, vedado seu compartilhamento com terceiros.
- 29.3. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 29.4. Fica vedada qualquer utilização de dados ou informações relativas à execução do objeto contratual, para quaisquer fins, sem a expressa autorização.

30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 30.1. Homologada a licitação o adjudicatário receberá o contrato para assinatura e posteriormente autorização de fornecimento.
- 30.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, o cancelamento da ata do registro de preços, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 30.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 30.4. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação. Quando for o caso, estes deverão ser enviados via sistema.
- 30.5. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

30.6. As publicações legais do município ocorrerão no Diário Oficial dos Municípios, sendo todas as informações relativas ao presente procedimento publicadas no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

30.7. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro e observarão a legislação aplicável.

30.8. A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital, e no fiel cumprimento das condições estabelecidas, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

30.9. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro e observarão a legislação aplicável.

30.10. São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;
- b) ANEXO II – Declaração de Ausência de Condenação;
- c) ANEXO III – Declaração de Enquadramento Receita Bruta;
- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento do artigo 7º, inciso XXXIII;
- e) ANEXO V – Declaração de integralidade de custos;
- f) ANEXO VI - Declaração LGPD
- g) ANEXO VII - Declaração de reserva de cargos;
- h) ANEXO VIII – Declaração de requisitos técnicos e de segurança
- i) ANEXO IX – Declaração que não mantém vínculo
- j) ANEXO X – Minuta da Ata de Registro de Preços

Petrolândia/SC, 18 de julho de 2025.

RODRIGO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ANEXO I

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 83/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025 - REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE REFERÊNCIA

Município de Petrolândia/SC

Necessidade da Administração: Prestação de serviços de lavação de veículos.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE VEÍCULOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, FUNDOS MUNICIPAIS E CONSELHO TUTELAR.

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	TIPO DO ITEM	QUANT.	VALOR UNIT. MÉDIO	VALOR TOTAL
01	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavação com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	96	R\$ 70,81	R\$ 6.797,76
02	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO	Serviço	96	R\$ 114,34	R\$ 10.976,64

	EXTERNA DE VAN: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.				
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem mais rápida, onde prioriza a lataria e pneus do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	140	R\$ 44,11	R\$ 6.175,40
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - LAVAÇÃO EXTERNA DE VAN: deverá ser executado o processo de lavagem mais rápida, onde prioriza a lataria e pneus do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também	Serviço	100	R\$ 81,36	R\$ 8.136,00

	ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.				
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavação com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	500	R\$ 70,81	R\$ 35.405,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE VAN: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavação com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final	Serviço	400	R\$ 114,34	R\$ 45.736,00

	dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.				
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem mais rápido, onde prioriza a lataria e pneu do carro. Na parte externa lavação com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como “pneu pretinho”. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	150	R\$ 44,11	R\$ 6.616,50
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - LAVAÇÃO EXTERNA DE VANS: deverá ser executado o processo de lavagem mais rápido, onde prioriza a lataria e pneu do carro. Na parte externa lavação com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como “pneu pretinho”. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	150	R\$ 81,36	R\$ 12.204,00
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavação com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a	Serviço	60	R\$ 70,81	R\$ 4.248,60

	pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.				
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE VAN: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	12	R\$ 114,34	R\$ 1.372,08
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem mais rápida, onde prioriza a lataria e pneus do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado	Serviço	150	R\$ 44,11	R\$ 6.616,50

	usualmente no mercado como "pneu pretinho". Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.				
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - LAVAÇÃO EXTERNA DE VANS: deverá ser executado o processo de lavagem mais rápido, onde prioriza a lataria e pneu do carro. Na parte externa lavação com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	25	R\$ 81,36	R\$ 2.034,00
13	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavação com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	70	R\$ 70,81	R\$ 4.956,70
14	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - LIMPEZA INTERNA E	Serviço	10	R\$ 114,34	R\$ 1.143,40

	LAVAÇÃO EXTERNA DE VAN: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.				
15	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA-LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem mais rápida, onde prioriza a lataria e pneus do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	70	R\$ 44,11	R\$ 3.087,70
16	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não	Serviço	40	R\$ 70,81	R\$ 2.832,40

	agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.				
17	SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO- LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem mais rápida, onde prioriza a lataria e pneus do carro. Na parte externa lavação com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	40	R\$ 44,11	R\$ 1.764,40
18	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavação com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano	Serviço	36	R\$ 70,81	R\$ 2.549,16

	úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.				
19	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem mais rápida, onde prioriza a lataria e pneus do carro. Na parte externa lavação com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	24	R\$ 44,11	R\$ 1.058,64
20	GABINETE DO PREFEITO - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavação com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	36	R\$ 70,81	R\$ 2.549,16
21	CONSELHO TUTELAR - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser	Serviço	24	R\$ 70,81	R\$ 1.699,44

	executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.				
22	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	50	R\$ 70,81	R\$ 3.540,50

A contratação se estenderá por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, caso haja saldo remanescente dos itens contratados.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Justifica-se a prestação de serviços de lavação, pela necessidade de manutenção e conservação dos veículos públicos, utilizados diariamente para a prestação de serviços e transporte de pacientes. É dever da municipalidade, zelar pela conservação dos veículos, bem como realizar a higienização dos mesmos, proporcionando condições condignas de uso para os passageiros que os utilizam.

Além do mais, a limpeza dos veículos ajuda a preservar a vida útil dos mesmos, deixando-os em perfeito estado de conservação, garantindo o bem-estar dos servidores que os utilizam para deslocamento em diversos expedientes externos e atividades correlatas.

Cabe ressaltar ainda, que a Prefeitura Municipal de Petrolândia não dispõe em seu quadro funcional servidores efetivos ou contratados para executar os serviços relacionados ao objeto e local adequado para realização de tais serviços, por questões estruturais, como a falta de um local instalado que seja apropriado para executar os serviços e que atenda a legislação vigente, principalmente no tocante às questões ambientais, bem como pela ausência de máquinas, equipamentos e ferramentas adequados. Por fim, optou-se pela contratação por questões de economicidade, para que a lavação dos veículos seja efetuada conforme a necessidade e considerando as condições climáticas, frequência e locais de uso dos veículos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza interna e lavação externa dos veículos da frota da Prefeitura e Fundos Municipais.

A prestação de serviços será solicitada de acordo com as necessidades da administração, podendo ser realizada a lavação completa ou somente externa, conforme descrição dos itens.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A limpeza interna e lavação externa de veículos tem natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente

definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação será realizada por meio de Processo Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento por menor preço global, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- a) Contrato social;
- b) Cadastro do CNPJ;
- c) Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais conjunta com a Dívida Ativa da União. A prova de regularidade com Secretaria da Receita Federal, Dívida Ativa da União e com o INSS, poderá ser através da Certidão Unificada prevista na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014;
- d) Prova de regularidade com o FGTS;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da proponente;
- g) Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas;
- h) Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o prazo de validade dela;
- i) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa proponente, comprovando a aptidão para prestação dos serviços; e
- j) Alvará de Localização e Funcionamento.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A contratação atenderá as necessidades da administração pública durante toda sua vigência, e deverá seguir as seguintes condições:

- A empresa deverá realizar a prestação dos serviços diretamente no endereço citado na respectiva Autorização de Fornecimento;
- Os serviços deverão ser executados no horário de expediente do órgão; porém, o serviço poderá ser requisitado em horário adverso em caso de extrema necessidade (emergência);
- Será considerado o prazo de máximo e/ou vencimento da Autorização de Fornecimento, o período de 03 (três) horas, contados a partir do recebimento da AF;
- A forma de fornecimento será parcelada e de acordo com a necessidade da Unidade requisitante, devendo o fornecedor estar ciente que não haverá quantitativos e valores mínimos pré-determinados;
- Caso se veja impossibilitado de cumprir o prazo estipulado para a prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar ao Departamento de Licitações, em até 02 (duas) horas antes do vencimento inicialmente fixado, pedido de prorrogação de prazo, acompanhado de justificativa devidamente fundamentada com os impeditivos de seu cumprimento;
- O pedido de prorrogação, com indicação do novo prazo de entrega deverá ser encaminhado ao Departamento de Licitações do Município de Petrolândia/SC, ficando a critério deste, bem como apoiado pelo departamento jurídico ou ainda por funcionário designado à fiscalização, para acolher ou não o requerimento da CONTRATADA;
- Vencido o prazo inicial ou da eventual prorrogação, sem que os serviços tenham sido prestados, caracterizar-se-á a recusa do cumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, ficará a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas no Edital e anexos do respectivo certame;
- Caso a empresa contratada esteja instalada a mais de 15km (quinze quilômetros) da Prefeitura Municipal de Petrolândia, deverá observar que os custos para o transporte do veículo até a sua sede são por sua inteira responsabilidade.
- Será descontado do valor da nota fiscal o deslocamento por km (ida e volta).
- O valor cobrado por quilômetro corresponderá a 2,5% da UFM – Unidade Fiscal Municipal.

- - O valor atual da UFM é de R\$ 42,26 (quarenta e dois reais e vinte e seis centavos);
- A UFM está instituída no código tributário nos artigos 287 e 288, e atualizada anualmente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), conforme Decreto Municipal nº 004, de 29 de janeiro de 2019.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal nº 26/2023, que “Regulamenta as funções do Agente de Contratação, da Equipe de Apoio e da Comissão de Contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Petrolândia/SC, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

A fiscalização do contrato, será realizada por servidor(a) indicado pela Administração Pública após a contratação, e se dará por meio da conferência da quantidade de lavações efetuadas.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, de acordo com a quantidade de lavações efetuadas, sendo o fornecedor responsável pelo envio da nota fiscal através dos e-mails: administracao@petrolandia.sc.gov.br ou licita@petrolandia.sc.gov.br.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

Conforme disposto no item 4, o futuro contratado será selecionado mediante Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 171.499,98 (cento e setenta e um mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

Sendo:

- R\$ 70,81 (setenta e um reais e oitenta e um centavo) por limpeza interna e lavação externa de automóvel;
- R\$ 114,34 (cento e quatorze reais e trinta e quatro centavos) por limpeza interna e lavação externa de van;
- R\$ 44,11 (quarenta e quatro reais e onze centavos) por lavação externa de automóvel;
- R\$ 81,36 (oitenta e um reais e trinta e seis centavos) por lavação externa de van.

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal nº 026/2023, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Petrolândia/SC, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

As pesquisas de preços foram realizadas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, através do link: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária:

2.031 – Manutenção do Fundo da Agricultura

(5) - Aplicações Diretas

Elemento – 3.3.90.00.00.00.00.00

Recurso 132 – Recursos Ordinários

2.013 – Manutenção do Fundo da Assistência Social

(5) - Aplicações Diretas

Elemento – 3.3.90.00.00.00.00.00

Recurso 132 – Recursos Ordinários

2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
(5) - Aplicações Diretas
Elemento – 3.3.90.00.00.00.00.00
Recurso 0618 – Receitas de Impostos e Transferências - Saúde

2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-prefeito
(3) - Aplicações Diretas
Elemento – 3.3.90.00.00.00.00.00
Recurso 132 – Recursos Ordinários

2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração
(14) - Aplicações Diretas
Elemento – 3.3.90.00.00.00.00.00
Recurso 132 – Recursos Ordinários

2.050 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar
(26) - Aplicações Diretas
Elemento – 3.3.90.00.00.00.00.00
Recurso 132 – Recursos Ordinários

2.022 – Manutenção do Ensino Fundamental
(44) - Aplicações Diretas
Elemento – 3.3.90.00.00.00.00.00
Recurso 627 – Recursos de Impostos e Transferências – Educação

2.030 – Apoio ao Esporte Amador
(61) - Aplicações Diretas
Elemento – 3.3.90.00.00.00.00.00
Recurso 132 – Recursos Ordinários

2.038 – Conservação das Estradas
(97) - Aplicações Diretas
Elemento – 3.3.90.00.00.00.00.00
Recurso 132 – Recursos Ordinários

Petrolândia, 18 de julho de 2025.

ANEXO II

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 83/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025 - REGISTRO DE PREÇOS

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos proposta para fornecimento de itens do objeto do Pregão Eletrônico nº 14/2025, realizado pelo Município de Petrolândia/SC:

1 - IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DA EMPRESA:
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
ENDEREÇO E TELEFONE:
E-MAIL:

2 - DADOS BANCÁRIOS

NOME DO BANCO:
CIDADE:
Nº DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

3 - DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:

IDENTIDADE Nº:
CPF/MF Nº:
TELEFONE PARA CONTATO:
E-MAIL:

4 - CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer e concordar com todos os termos e condições do Pregão Eletrônico nº 14/2025 e seus anexos.

5 - LOCAL, CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Edital.

6 - VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

..... (.....) dias contados da data da sessão pública do Pregão (prazo mínimo de 60 dias)

7 - OBJETO PROPOSTO E PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	TIPO DO ITEM	QUANT.	VALOR UNIT. MÉDIO	VALOR TOTAL
01	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavação com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido;	Serviço	96	R\$	R\$

	aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.				
02	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE VAN: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	96	R\$	R\$
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem mais rápida, onde prioriza a lataria e pneus do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	140	R\$	R\$
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - LAVAÇÃO EXTERNA DE VAN: deverá ser executado o processo de lavagem mais rápida, onde prioriza a lataria e pneus do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado	Serviço	100	R\$	R\$

	como "pneu pretinho". Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.				
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	500	R\$	R\$
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE VAN: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	400	R\$	R\$
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem mais rápido, onde prioriza a lataria e pneu do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e	Serviço	150	R\$	R\$

	outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como “pneu pretinho”. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.				
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - LAVAÇÃO EXTERNA DE VANS: deverá ser executado o processo de lavagem mais rápido, onde prioriza a lataria e pneu do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como “pneu pretinho”. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	150	R\$	R\$
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	60	R\$	R\$
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE VAN: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material	Serviço	12	R\$	R\$

	equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.				
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem mais rápida, onde prioriza a lataria e pneus do carro. Na parte externa lavação com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	150	R\$	R\$
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - LAVAÇÃO EXTERNA DE VANS: deverá ser executado o processo de lavagem mais rápido, onde prioriza a lataria e pneu do carro. Na parte externa lavação com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	25	R\$	R\$
13	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavação com água juntamente	Serviço	70	R\$	R\$

	com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.				
14	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE VAN: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	10	R\$	R\$
15	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA- LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem mais rápida, onde prioriza a lataria e pneus do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	70	R\$	R\$
16	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado	Serviço	40	R\$	R\$

	o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.				
17	SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO- LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem mais rápida, onde prioriza a lataria e pneus do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	40	R\$	R\$
18	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavagem com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	36	R\$	R\$

19	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem mais rápida, onde prioriza a lataria e pneus do carro. Na parte externa lavação com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	24	R\$	R\$
20	GABINETE DO PREFEITO - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavação com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	36	R\$	R\$
21	CONSELHO TUTELAR - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavação com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação	Serviço	24	R\$	R\$

	de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.				
22	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL: deverá ser executado o processo de lavagem, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavação com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.	Serviço	50	R\$	R\$

Valor total da proposta:

Validade:

Local e Data

Nome representante
CPF:
Cargo:

completo

ANEXO III

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 83/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025 - REGISTRO DE PREÇOS

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO

A empresa _____ CNPJ nº _____, sediada em _____ (endereço),
DECLARA que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não tenha sido
condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por
submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de
adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Local e data

Nome representante completo

CPF:

Cargo:

ANEXO IV

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 83/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025 - REGISTRO DE PREÇOS**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE RECEITA BRUTA PARA FINS DE
BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 123/2006**

A empresa _____ CNPJ nº _____, sediada em (endereço) _____, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte no ano-calendário desta licitação, em conformidade com o previsto no inciso II, do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006.

Local e data

Nome representante completo
CPF:

Cargo:

ANEXO V

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 83/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025 - REGISTRO DE PREÇOS**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA
CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

A empresa _____ CNPJ nº _____, sediada em _____ (endereço) _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo 68, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos (art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal).

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Local e data

Nome representante completo
CPF:

Cargo:

ANEXO VI

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 83/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025 - REGISTRO DE PREÇOS**

DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DE CUSTOS

A empresa _____ CNPJ nº _____, sediada em
(endereço) _____, DECLARA, sob as penas da Lei
Federal nº 14.133, de 2021, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos
para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República
Federativa do Brasil, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de
trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas,
sob pena de desclassificação.

Local e data

Nome representante completo
CPF:

Cargo:

ANEXO VII

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 83/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025 - REGISTRO DE PREÇOS

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) - LEI N. 13.709/2018

A empresa _____ CNPJ nº _____, sediada em _____ (endereço) _____, DECLARA que tem conhecimento do seguinte:

1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
4. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o município, para a execução do serviço objeto do edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico e residencial, cópia do documento de identificação.
5. A LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo município.
6. A LICITANTE fica obrigada a comunicar o município, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir a impactar e/ou afetar o município, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

Local e data

Nome representante completo

CPF:

Cargo:

ANEXO VIII

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 83/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025 - REGISTRO DE PREÇOS

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

A empresa _____ CNPJ nº _____, sediada em
(endereço) _____, DECLARA, sob as penas da Lei
Federal nº 14.133, de 2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com
deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas
específicas.

Local e data

Nome representante completo

CPF:

Cargo:

ANEXO IX

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 83/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025 - REGISTRO DE PREÇOS

DECLARAÇÃO DE REQUISITOS TÉCNICOS E DE SEGURANÇA

A empresa _____ CNPJ nº _____, sediada em _____ (endereço) _____, DECLARA que, na execução do objeto contratual, serão observados os requisitos técnicos de segurança e sigilo necessários, garantindo processamento e armazenamento seguro de dados, através de leitoras ópticas, servidores, roteadores, sistemas de backup e sistema de processamento eletrônico para compor o cadastro geral de candidatos inscritos, de acordo com informações contidas no formulário de inscrição. Garante ainda que: o material de aplicação das provas será acondicionado em recipiente lacrado e constituído de material de alta resistência e opaco; após a impressão, as provas e os cartões respostas serão separados e acondicionados em envelopes altamente resistentes e opacos, etiquetados conforme distribuição do local de realização: prédio, bloco, andar, salas, lacrados e assinados pelo responsável e os dois últimos candidatos e guardados em recipiente lacrado e inviolável.

Local e data

Nome representante completo
CPF:

Cargo:

ANEXO X

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 83/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025 - REGISTRO DE PREÇOS**

DECLARAÇÃO QUE NÃO MANTÉM VÍNCULO

A empresa _____ CNPJ nº _____, sediada em _____ (endereço) _____, DECLARA que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação

Local e data

Nome representante completo

CPF:

Cargo:

ANEXO XI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 83/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025 - REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

O **Município de Petrolândia/SC**, representado por seu Prefeito Municipal, nos termos das Lei Federal nº 14.133/2021 e, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 14/2025, **RESOLVE** registrar o preço ofertado pela **EMPRESA FORNECEDORA** (qualificação)....., representada por, doravante determinada simplesmente FORNECEDORA, têm, entre si, justo e acordado a presente de Ata de Registro de Preços, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Vincula-se a presente Ata de Registro de Preços ao Pregão Eletrônico nº 14/2025 realizado pelo **Município de Petrolândia/SC**, e à proposta da FORNECEDORA, partes integrantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes a Lei Federal 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços: **REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE VEÍCULOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, FUNDOS MUNICIPAIS E CONSELHO TUTELAR.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ITENS REGISTRADOS

3.1. Ficam registrados os seguintes itens e valores:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO/PRODUTO	VALOR

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DO OBJETO

4.1. O prazo para execução dos serviços será de no máximo 03 (três) horas, a contar da emissão do pedido formalizado pelo Município.

4.2. O prazo de entrega só poderá ser prorrogado se ocorrer qualquer dos seguintes casos:

- a) Força maior ou caso fortuito, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações;
- b) Os pedidos de prorrogação de prazos deverão ser solicitados pela empresa fornecedora, por escrito, dentro do prazo contratual, devidamente justificado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA FORNECEDORA E DO MUNICÍPIO

5.1. Caberá ao Município:

- 5.1.1. Emitir as Solicitações de fornecimento;
- 5.1.2. Fiscalizar a prestação dos serviços objeto desta contratação;
- 5.1.3. Receber as notas fiscais e realizar o pagamento das mesmas, nos prazos estipulados neste Edital;
- 5.1.4. Emitir a Ata de Registro de Preços gerada deste Processo;
- 5.1.5. Acessar o sistema de gestão e emitir os pedidos.

5.2. Caberá à empresa vencedora:

- 5.2.1. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.2.2. Garantir o cumprimento das condições de entrega do objeto previstas neste edital, bem como as condições previstas no Termo de Referência (Anexo I) e normas aplicáveis;
- 5.2.3. Proceder à prestação do serviço no prazo estabelecido neste Edital;
- 5.2.4. Garantir a qualidade dos serviços prestados, por meio do atendimento aos requisitos técnicos da regulamentação específica;
- 5.2.5. Manter as informações de cadastro atualizadas com o MUNICÍPIO (e-mails e telefones);
- 5.2.6. A empresa deverá realizar a prestação dos serviços diretamente no endereço citado na respectiva Autorização de Fornecimento;
- 5.2.7. Os serviços deverão ser executados no horário de expediente do órgão; porém, o serviço poderá ser requisitado em horário adverso em caso de extrema necessidade (emergência);
- 5.2.8. Será considerado o prazo de máximo e/ou vencimento da Autorização de Fornecimento, o período de 03 (três) horas, contados a partir do recebimento da AF;
- 5.2.9. A forma de fornecimento será parcelada e de acordo com a necessidade da Unidade requisitante, devendo o fornecedor estar ciente que não haverá quantitativos e valores mínimos pré-determinados;
- 5.2.10. Caso se veja impossibilitado de cumprir o prazo estipulado para a prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar ao Departamento de Licitações, em até 02

(duas) horas antes do vencimento inicialmente fixado, pedido de prorrogação de prazo, acompanhado de justificativa devidamente fundamentada com os impeditivos de seu cumprimento;

5.2.11. O pedido de prorrogação, com indicação do novo prazo de entrega deverá ser encaminhado ao Departamento de Licitações do Município de Petrolândia/SC, ficando a critério deste, bem como apoiado pelo departamento jurídico ou ainda por funcionário designado à fiscalização, para acolher ou não o requerimento da CONTRATADA;

5.2.12. Vencido o prazo inicial ou da eventual prorrogação, sem que os serviços tenham sido prestados, caracterizar-se-á a recusa do cumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, ficará a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas no Edital e anexos do respectivo certame;

5.2.13. Caso a empresa contratada esteja instalada a mais de 15km (quinze quilômetros) da Prefeitura Municipal de Petrolândia, deverá observar que os custos para o transporte do veículo até a sua sede são por sua inteira responsabilidade;

5.2.14. Será descontado do valor da nota fiscal o deslocamento por km (ida e volta);

5.2.15. O valor cobrado por quilômetro corresponderá a 2,5% da UFM – Unidade Fiscal Municipal;

5.2.16. O valor atual da UFM é de R\$ 42,26 (quarenta e dois reais e vinte e seis centavos);

5.2.17. A UFM está instituída no código tributário nos artigos 287 e 288, e atualizada anualmente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), conforme Decreto Municipal nº 004, de 29 de janeiro de 2019;

5.2.18. A empresa vencedora, tem a obrigação de prestar os serviços em um prazo máximo de 03 (três) horas após a solicitação.

CLÁUSULA SEXTA - ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

6.1. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a quantidade informada neste edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. A despesa decorrente desta licitação correrá a conta da seguinte dotação orçamentária:

1.500.0000.0080.00 – 5/2024 – Recursos Ordinários – Fundo da Agricultura

1.500.000.0080.00 – 5/2024 – Recursos Ordinários – Fundo da Assistência Social

1.500.1001.0627.00 – 44/2024 – Receitas de Impostos e Transferências Educação

1.500.1002.0618.00 – 5/2024 – Recursos Ordinários - Saúde

1.500.0000.0132.00 – 3/2024 – Recursos Ordinários – Gabinete do Prefeito

1.500.0000.0132.00 – 14/2024 – Recursos Ordinários – Secretaria de Administração

1.500.0000.0132.00 – 26/2024 – Recursos Ordinários – Conselho Tutelar

1.500.0000.0132.00 – 61/2024 – Recursos Ordinários – Secretaria de Esportes

1.500.0000.0132.00 – 97/2024 – Recursos Ordinários – Secretaria de Obras

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pelo Município, em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, mediante recebimento do objeto, cujo pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados, diretamente ao fornecedor.

8.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA NONA - EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao MUNICÍPIO promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.2. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser protocolados/encaminhados para a sede do MUNICÍPIO, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, ou por e-mail sendo que este deve ser confirmado o recebimento pelo MUNICÍPIO como forma de protocolo, sendo válido este pedido somente após confirmação.

9.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o MUNICÍPIO poderá:

9.3.1. Consultar os demais licitantes que estejam classificados para o item em questão, questionando-lhes sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.

9.3.1.1. Obtendo-se possibilidade de inclusão do item na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

9.3.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento do pedido.

9.4. Independentemente de solicitação, o MUNICÍPIO poderá convocar o fornecedor, após a aprovação da Ata, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicados na proposta, em virtude de redução dos preços de mercado.

9.5. A critério do MUNICÍPIO, o item poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

9.5.1. Dentro do prazo previsto, o **CONTRATANTE** poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a empresa fornecedora ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 As causas de rescisão contratual estão estabelecidas no artigo 137, de acordo com as disposições do art. 138 e 139, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Decreto Municipal nº 026/2023 ou outro que vier a substituir.

11.1.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

11.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

III convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

11.1.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

11.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

- III não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - IV tiver presentes razões de interesse público;
 - V sofrer sanções impeditivas previstas em lei;
 - VI for declarado inidôneo ou impedido de licitar ou contratar com o MUNICÍPIO nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.
- 12.2. O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do MUNICÍPIO.
- 12.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIA DA PROPOSTA

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual para o fornecimento do material, uma vez que não se trata de licitação de grande vulto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 14.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações previstas no Art. 155 da Lei 14.133/2021.
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) dar causa à inexecução total do contrato;
 - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste edital as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

14.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 14.2. da presente Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

14.4 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

14.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.6 A aplicação das sanções previstas no item 15.2. desta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.7 Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “b”, “c” e “d” do item 14.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

4.8 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

14.9 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

14.10 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.11 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de

declaração de inidoneidade; d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

14.12. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 14.2 da presente Ata exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA

15.1. A vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período.

e) 151.1. Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, ficará disponível para compra, o saldo remanescente das quantidades inicialmente registradas, conforme previsão do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

16.1. Ao participar deste processo licitatório, o representante legal da licitante, titular de dados pessoais, declara:

16.1.1. estar ciente de que para a execução do objeto do contrato, a Contratante terá acesso aos seus dados, tais como: número de documentos, endereço eletrônico, cópias de documentos de identificação, bem como, que os referidos dados serão tratados pela Administração, conforme autorização legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – Art. 7º, inciso II.;

16.1.2. estar ciente do inteiro teor da LGPD, obrigando-se a observar e respeitar o dever de proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, no que diz respeito ao adequado tratamento de tais dados, devendo ainda, se comprometer a cumprir todas as condições e obrigações dispostas na LGPD e demais leis aplicáveis.

16.1.3. que respeita o direito à privacidade dos titulares dos Dados Pessoais no âmbito da execução dos serviços;

16.1.4. que realiza o melhor uso da tecnologia da informação para a satisfação de seus contratantes e da sociedade;

16.1.5. que visa a sustentabilidade e autonomia na prestação dos serviços para assegurar a estabilidade e a continuidade de seus serviços;

16.1.6. comunicará ao Município eventual alteração de sua razão social ou de controle acionário e de mudança em sua Diretoria, Contrato ou Estatuto Social, enviando, no prazo de sessenta (60) dias, contados a partir da data de registro da alteração, a devida documentação.

16.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios da LGPD, vedado seu compartilhamento com terceiros.

16.3. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual

controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

16.4. Fica vedada qualquer utilização de dados ou informações relativas à execução do objeto contratual, para quaisquer fins, sem a expressa autorização.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade dos serviços, na forma da Lei nº 14.133/21.

17.2. A gestão do objeto contratado será realizada pelo respectivo Secretário do setor solicitante do presente instrumento e a fiscalização do contrato será realizada pelo profissional indicado no Documento de Formalização de Demanda;

17.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

17.4. O conjunto de atividades de gestão compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pelo fiscal devidamente designado.

17.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

17.6. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência e demais documentos que integram o processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

19.1. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à empresa fornecedora.

19.2. A extinção do contrato poderá ser:

19.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

19.2.2. Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga/SC, com prevalência sobre qualquer outro, para adoção de medidas judiciais, pertinente à execução da presente ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim, justos e contratados firmam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Petrolândia/SC, ... de ... de 2025.

RODRIGO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

.....
CONTRATADO